

ELIAS

Prêmio Nobel
de Literatura

CANETTI

A Consciência
das
Palavras

ENSAIO



cavalo de ferro

ÍNDICE

Nota Preliminar	9
Acerca da Segunda Edição	13
Hermann Broch	15
Poder e Sobrevivência	31
Karl Kraus,	49
Diálogo com o Cruel Parceiro	63
Realismo e Nova Realidade	81
O Outro Processo	87
Ataques de Palavras	181
Hitler segundo Speer	187
O Arco de Triunfo	197
Vitórias! Vitórias!	199
A Volúpia dos Números Galopantes	203
Visitas Recusadas	205
Segredo e Singularidade	209
Destruição	213
Divisões, escravos, gaseamentos	217
Ilusão e Realidade	219
Confúcio em suas Conversas	223
Tolstói, o Último Antepassado	231
O Diário do Dr. Hachiya de Hiroxima	239
Georg Büchner	249
O Primeiro Livro: <i>O Encandeamento</i>	263
O Novo Karl Kraus	277
A Profissão de Escritor	303

NOTA PRELIMINAR

Neste volume são apresentados, pela ordem da sua gênese, os ensaios que datam dos anos compreendidos entre 1962 e 1974. Pode, à primeira vista, parecer algo estranho encontrar juntas aqui figuras como Kafka e Confúcio, Büchner, Tolstói, Karl Kraus e Hitler, catástrofes das mais terríveis proporções, como Hiroxima e considerações literárias sobre a redacção de diários ou a criação de um romance. Mas, para mim, impunha-se precisamente pô-las lado a lado, pois só aparentemente se trata de coisas inconciliáveis. O público e o privado já não se podem separar um do outro, interpenetram-se de um modo antes inaudito. Os inimigos da humanidade ganharam poder rapidamente, chegaram muito perto do objectivo final que é a destruição da Terra, pelo que é impossível abstrairmo-nos deles e retrocedermos exclusivamente para a contemplação de modelos espirituais que ainda têm algo a dizer-nos. Estes tornaram-se mais raros, muitos deles, que podiam bastar para tempos mais antigos, não contêm em si o suficiente, abrangem demasiado pouco, para que ainda nos possam servir. Tanto mais importante é falar daqueles que até resistiram ao nosso monstruoso século.

Contudo, mesmo que se conseguisse recensear os modelos e os seus opostos, isso não seria fazer o suficiente. Não é supérfluo, creio eu, também falar por si — como uma das testemunhas deste tempo entre inúmeras outras — e descrever o esforço de se precaver contra elas. Talvez não seja algo meramente privado mostrar como uma pessoa, hoje, chega a um romance, contanto que tenha tido a intenção de se expor realmente ao tempo; ou como cria para si um diário, para não

ser espiritualmente esmagado no tempo. Espero que se compreenda porque também incluí aqui o breve trecho intitulado «Ataques de Palavras». É verdade que se refere a um aspecto da emigração, mas não de maneira nenhuma por eu querer queixar-me dela, que foi o destino de milhões de desterrados, ao passo que ainda outros mais pareciam como prisioneiros ou como soldados. Quis com ele descrever o que acontece com uma língua que está decidida a não desistir de si própria: o verdadeiro objecto desse texto é a língua e não o locutor.

O ensaio *Poder e Sobrevivência* resume, aplicando-a de forma um tanto diferente e salientando-a com mais nitidez, uma das ideias principais de *Massa e Poder*. Provou-se mais do que uma vez que, precisamente sob essa forma concentrada, ela se presta à Introdução ao livro maior. *Hitler, segundo Speer* é a aplicação das conclusões de *Massa e Poder* a uma determinada figura, que ainda está suficientemente próxima de nós para dar ensejo a cada um de comprovar a utilidade dessas conclusões.

O discurso sobre Hermann Broch, que eu coloquei no início deste volume, sai notoriamente do quadro traçado. Foi proferido em Viena, em 1936, por ocasião do 50.º aniversário de Broch. Entre ele e o ensaio seguinte, *Poder e Sobrevivência*, medeiam 26 anos. O leitor talvez pergunte a si próprio o que me levou a incluir esse antigo discurso isolado, e eu devo-lhe, para tanto, uma explicação. Naquele tempo, a obra de Hermann Broch ainda só existia em parte; o mais importante eram a trilogia de *Os Sonâmbulos* e alguns breves trechos em prosa como «O Regresso a Casa». Tentei sempre, pensando em Broch e também a partir do conhecimento da sua pessoa, determinar aquilo que se tem de exigir de um escritor, para que este signifique alguma coisa para o nosso tempo. As três características que então formulei são tais que, ainda hoje, em nada as poderia alterar. Anos mais tarde, apercebi-me, para meu espanto, de que me esforçara desde então — ainda que de maneira muito insuficiente — por satisfazer eu próprio essas exigências. Reflectindo sobre Hermann Broch, eu tinha chegado àquilo que haveriam de ser as reivindicações feitas à minha própria vida. A partir de aí, havia algo pelo qual eu podia medir o falhanço que me ameaçasse. Em períodos de

esmorecimento, que não foram raros nos muitos anos de trabalho em *Massa e Poder*, mantive perante os meus olhos os «três mandamentos», como lhes chamava com alguma petulância, e eles reconfortaram-me numa esperança que era, de facto, precipitada e excessiva, mas igualmente indispensável. Por isso, não acho sem sentido que o volume comece por aí.

De resto, o fosso temporal que separa esse antigo discurso dos ulteriores ensaios é apenas aparente. Pois tratam muitas vezes de anteriores experiências e conteúdos. E quando os li conjuntamente na sequência que agora têm, apareceram-me como contas prestadas acerca das estações intelectuais de toda a minha vida adulta.

ACERCA DA SEGUNDA EDIÇÃO

Desde que veio a público este volume, cuja razão de ser, para mim, consiste unicamente na sua diversidade, não deixei de ter a impressão de que lhe falta alguma coisa: uma conclusão, que o resume a partir de dentro. O que é possível esperar de um escritor, hoje, que uma pessoa sabe quão pouco ela própria conseguiu? Seria possível para alguém, que agora comece, recuperar o sentido dessa palavra aparentemente destruída? No discurso «A Profissão do Escritor», que proferi em Munique, em Janeiro de 1976, tentei dizer alguma coisa a esse respeito. Quando o escrevi, ele pareceu-me algo autónomo por si mesmo; depois de estar escrito, reconheci que fica bem no fecho deste volume. Era importante para mim vê-lo inserido nesta segunda edição como expressão de esperança naqueles que conseguirão corresponder melhor ao seu desafio.

HERMANN BROCH

**Discurso por ocasião do 50.º aniversário
Viena, Novembro de 1936**

Tem o seu belo sentido utilizar o quinquagésimo aniversário de um homem para lhe dirigir a palavra em pleno público, para o arrancar quase violentamente às espessas teias da sua vida e o apresentar assim, elevado, visível de muitos lados e para todos, como se ele estivesse completamente só, condenado a uma solidão pétrea e inalterável, embora a autêntica, a secreta solidão da sua vida, branda e humilde como é, certamente já lhe cause sofrimento suficiente. É como se, com esta alocação, se lhe dissesse: Não te assustes, já te assustaste o suficiente por nós. Todos nós temos de morrer; mas ainda não é certo que também tu tenhas de morrer. Talvez precisamente as tuas palavras tenham de nos representar perante os vindouros. Serviste-nos fiel e honestamente. O tempo não te exonera.

Para conferir a estas palavras, como que a um feitiço, a sua plena eficácia, é-lhes impresso o selo dos cinquenta anos. Pois o passado, para o nosso pensamento, está dividido em séculos; fora dos séculos, nada tem lugar. Desde que, para a humanidade, se trate do grande contexto da sua memória, ela mete tudo quanto lhe parece importante e singular no saco dos séculos. A própria palavra que designa esse espaço de tempo adquiriu qualquer coisa de venerável. Fala-se, como que numa misteriosa linguagem sacerdotal, do *secular*. A força mágica que, antigamente, entre povos primitivos, era própria de números mais modestos, do três, do quatro, do cinco, do sete, transferiu-se para o século. Até mesmo as muitas pessoas que só se remexem no passado, para lá reencontrarem a sua insatisfação com o presente, essas pessoas repletas da amargura de todos os séculos conhecidos colocam de bom grado o futuro com que sonham em séculos melhores.

Não há dúvida de que, para os anseios do ser humano, o século é um espaço de tempo mesmo bastante longo. Pois, se tiver muita sorte, pode vir a alcançar essa idade; acontece de vez em quando; contudo, é improvável. São rodeados de espanto e de muitas histórias os poucos que, realmente, lá conseguiram chegar. Em antigas crônicas, são intencionalmente enumerados com o seu nome e a sua posição. A gente ocupa-se ainda mais com eles do que com os ricos. O veemente desejo de vir precisamente a superar tanta vida pode, após a introdução do sistema decimal, ter erguido o século ao seu elevado estatuto.

O tempo, porém, que o quinquagenário festeja, vem ao seu encontro a meio caminho. Chega-o aos vindouros como digno de ser preservado. Torna-o, talvez contra sua vontade, nitidamente visível no escasso bando dos poucos que viveram mais para aqueles do que para si próprios. Regozija-se com a boa altura a que o ergueu e associa a isso uma vaga esperança: talvez ele, que não pode mentir, tenha visto uma terra prometida e talvez ele ainda fale nisso. O tempo acreditaria nele.

É nessa altura que se encontra hoje Hermann Broch. E assim, para o dizer sem rodeios, ousemos afirmar que temos de venerar, na sua pessoa, um dos pouquíssimos escritores representativos da nossa época. Uma afirmação que só teria toda a sua força se eu pudesse enumerar aqui os muitos que não são escritores, embora passem por tais. Mas mais importante que esse exercício de um presunçoso ofício de carrasco parece-me ser encontrar as características que se têm de acumular num escritor, para que este possa ser considerado como representativo do seu tempo. Se se empreender conscienciosamente uma tal pesquisa, o resultado não será um quadro confortável e ainda menos será harmonioso.

A tensão muito forte e assustadora em que vivemos, e da qual nenhuma das trovoadas ansiosamente esperadas nos pôde livrar, apoderou-se de todas as esferas, mesmo da esfera, mais livre e mais pura, do espanto. Sim, o nosso tempo poder-se-ia designar, se o quiséssemos resumir muito sucintamente, como a época em que a gente se poderia *espantar* simultaneamente com as coisas mais opostas: perante o efeito de um livro ao longo de mil anos, por exemplo, e, ao mesmo tempo,

perante o facto de nem todos os livros influírem durante ainda mais tempo. Perante a crença em deuses e, ao mesmo tempo, perante o facto de não cairmos de joelhos, a cada hora, ante novos deuses. Perante a sexualidade, com que estamos marcados, e, ao mesmo tempo, perante o facto de essa divisão não chegar mais profundamente. Perante a morte, que nunca queremos, e, ao mesmo tempo, perante o facto de não morreremos, já no ventre materno, de desgosto ante as coisas que nos hão-de vir. O espanto *foi* talvez, um dia, aquele espelho de que se fala de bom grado e que trazia os fenómenos para uma superfície mais lisa e mais tranquila. Hoje, esse espelho está partido e as estilhas do espanto tornaram-se pequenas. Mas mesmo no estilhaço mais pequeno não se reflecte nenhum fenómeno sozinho; impiedosamente, arrasta consigo o seu oposto. Aquilo que tu também vês, e por pouco que vejas, volta a anular-se por si próprio enquanto o vês.

Portanto, também não vamos esperar que, tratando-se do escritor, quando o procuramos apanhar no espelho, o caso seja diferente do que é com os atormentados seixos do quotidiano. Logo desde o início, deparamos com o erro muito difundido, segundo o qual o grande escritor estaria acima do seu tempo. Ninguém, por si mesmo, se encontra erguido acima do seu tempo. Os homens excelsos não existem de todo. Podem ter existido na Grécia Antiga ou entre diversos bárbaros. Que isso lhes seja consentido; fazem falta muitas cegueiras para se chegar assim tão longe, e o direito de obstruir todos os seus sentidos não pode ser negado a ninguém. Não só uma pessoa não está assim acima de nós, mas antes acima da soma de memórias — por exemplo, da Grécia Antiga — que trazemos em nós. É uma espécie de historiador experimental da civilização, por assim dizer, que experimenta em si, engenhosamente, aquilo que, segundo a sua segura percepção, tem de bater certo. O indivíduo excelso é ainda mais impotente que o físico experimental, que, na verdade, apenas anda ocupado com um sector da sua ciência, mas a quem resta sempre a possibilidade de um controlo. O homem excelso aparece com uma pretensão que, mais do que científica, é propriamente cultural; na maioria dos casos, nem sequer é fundador de uma seita, mas sacerdote só para si. É só para si que ele celebra, é para si próprio o único crente.

O verdadeiro escritor, porém, como nós o entendemos, está dependente do seu tempo, está-lhe sujeito e submisso, é o seu servo mais humilde. Está amarrado a ele com uma corrente curta e irrompível, preso a ele da maneira mais apertada. A sua falta de liberdade tem de ser tão grande que ele nunca possa ser transplantado para outro sítio. Sim, se isto não tivesse uma conotação ridícula, eu diria simplesmente: Ele é o cão do seu tempo. Corre pelas terras do seu tempo, fica parado aqui e ali; aparentemente arbitrário, mas incansável, receptivo aos assobios vindos de cima, só que nem sempre fácil de incitar, mais difícil de chamar de volta, movido por uma inexplicável perversidade; sim, em tudo mete o focinho húmido, nada deixa de lado, até volta para trás, começa de novo, é insaciável; de resto, dorme e come, mas não é isso que o distingue dos outros seres, o que o distingue é a estranha persistência no seu vício, esse gozo íntimo e minucioso, interrompido pela corrida; assim como nunca apanha o suficiente, também não o apanha com suficiente rapidez; é mesmo como se tivesse aprendido a correr de propósito para satisfazer o vício do seu focinho.

Peço-lhes desculpa por uma imagem que lhes há-de parecer em grande medida indigna do tema de que estamos tratando. Mas importa-me colocar à frente dos três atributos que incumbem ao escritor representativo deste tempo precisamente aquele de que nunca se fala, aquele em que, depois, os restantes encontram o seu ponto de partida, o *vício* muito concreto e característico que eu reivindico para ele, e, sem o qual, ele só a custo, como no caso de um triste parto prematuro, pode ser revigorado até se tornar o que, afinal, ele não é.

Esse vício liga o escritor tão imediatamente ao mundo que o rodeia como o focinho liga o cão ao seu território. É, em cada qual, um outro vício, único e novo na nova situação da época. Não há de todo que confundi-lo com a normal cooperação dos sentidos, que cada um tem de qualquer maneira; pelo contrário, uma perturbação do equilíbrio nessa cooperação, a falta de um sentido, por exemplo, ou o excessivo desenvolvimento de outro podem vir a ser motivo para a formação do necessário vício. Este é sempre inconfundível, intenso e primitivo. Exprime-se claramente no plano formal e fisionómico.

O escritor que se deixa possuir por ele deve-lhe o essencial da sua experiência.

Mas também o problema da originalidade, acerca do qual se discutiu mais do que se disse, adquire a partir daqui uma outra iluminação. É sabido que não se pode exigir originalidade. Quem a quiser ter, nunca a terá; e as palhaçadas fúteis e bem urdidas com que vários autores nos brindaram, para passarem por originais, ainda estão certamente na penosa recordação de todos nós. No entanto, vai um passo enorme desde a rejeição da caçada à originalidade e até à afirmação tola de que um escritor não tem nada de ser original. Um escritor é original, ou não é escritor de todo. É-o de um modo profundo e simples, devido àquilo a que nós chamámos o seu vício. É-o tanto que nem sequer o sabe. O seu vício impele-o a esgotar ele próprio o mundo, o que mais ninguém conseguiria fazer por ele. A imediatidade e a inesgotabilidade, as duas características que sempre se soube exigir ao génio e que este, aliás, sempre tem, são filhas desse vício. Ainda teremos oportunidade de testar o caso do próprio Broch e reconhecer que tipo é o seu.

A segunda característica, que hoje se tem de exigir ao escritor representativo, é a séria vontade de resumir a sua época, um impulso para a universalidade que não se deixa dissuadir por nenhuma tarefa em particular, que não desiste de nada, nada esquece, nada omite, absolutamente nada facilita a si próprio.

Foi dessa universalidade que o próprio Broch se ocupou minuciosa e repetidamente. Mais ainda: pode-se dizer que a sua vontade poética despertou, muito propriamente, com a exigência de universalidade. Na origem e durante muitos anos, homem da austera filosofia, ele não se permitia levar especialmente a sério aquilo que um escritor produz. Parecia-lhe haver nisso demasiadas coisas concretas e isoladas; obra malfeita e enviesada, o todo nunca lá estava. A filosofia, no tempo em que ele começou a filosofar, ainda se comprazia por vezes na sua velha exigência de universalidade, timidamente, é certo, pois essa sua exigência estava caducada desde há muito. Mas, como espírito magnânimo e voltado para todo o infinito, Broch de bom grado se deixava enganar por essa exigência.

A isso juntava-se a profunda impressão que lhe causava a universal unidade espiritual da Idade Média, uma impressão que ele nunca superou por completo. É de opinião que existiu, então, um sistema espiritual de valores fechado; e, durante muito tempo da sua vida, ocupou-se com uma investigação acerca do «desmoronamento dos valores», que, para ele, começa com o Renascimento e apenas alcança o seu catastrófico fim com a Guerra Mundial.

Durante esse trabalho, o elemento literário nele veio gradualmente a impor-se. A sua primeira obra extensa, a trilogia romanesca *Os Sonâmbulos*, representa, se virmos bem, a realização literária da sua filosofia da história, embora limitada ao seu próprio espaço de tempo, o período compreendido entre 1888 e 1918. O «desmoronamento dos valores» foi realizado em personagens nítidas e muito poéticas. Não nos livramos do sentimento de que aquilo que elas têm em si de válido, às vezes até de ambíguo, apareceu contra a vontade do seu autor ou, pelo menos, perante a envergonhada relutância deste. Nunca deixará de ser curioso como, neste caso, alguém procurou esconder aquilo que lhe é mais próprio sob um monte de coisas pensadas.

Através de *Os Sonâmbulos*, Broch encontrou uma possibilidade de chegar à universalidade precisamente onde menos a supunha, na obra malfeita e enviesada do romance, e, doravante, exprime-se sobre isso nos sítios mais diversos: «O romance tem de ser espelho de todas as demais visões do mundo», diz ele a dada altura. «A obra literária tem de abranger na sua unidade o mundo inteiro» ou «o romance moderno tornou-se poli-histórico.» «Escrever é sempre uma impaciência do conhecimento.»

É certamente no seu discurso sobre «James Joyce e o presente» que ele formula com mais clareza o seu novo juízo:

«A própria filosofia pôs fim à sua era da universalidade, à era dos grandes compêndios, tinha de afastar as suas questões mais candentes do seu espaço lógico ou, como diz Wittgenstein, remeter para o plano místico.

E é este o ponto em que se insere a missão do poético, missão de um conhecimento abrangente da totalidade que se encontra acima de todo o condicionalismo empírico e social,

e para o qual é indiferente que o Homem viva numa época feudal, burguesa ou proletária; a obrigação da literatura é meramente para com o carácter absoluto do conhecimento.»

A terceira exigência que se teria de fazer ao escritor seria a de estar contra o seu tempo. Contra todo o seu tempo, não apenas contra isto ou aquilo, contra a imagem completa e unitária que só ele tem deste, contra o seu cheiro específico, contra o seu rosto, contra a sua lei. A sua contradição deve manifestar-se e ganhar forma; não lhe é dado, por exemplo, ficar paralisado ou resignar-se em silêncio. Tem de esperar e gritar como uma criança muito pequena; mas nenhum leite do mundo, nem mesmo do seio mais bondoso, pode acalmar o seu protesto e embalá-lo para adormecer. Ele tem de desejar para si o sono, mas nunca o pode alcançar. Se ele se esquecer do seu protesto, então tornou-se renegado, como em tempos mais antigos, crentes, um povo inteiro renegava o seu Deus.

É uma exigência cruel e radical. Cruel, porque está em tão forte contradição com a precedente. Pois o escritor não é de modo algum um herói, que tenha de dominar o seu tempo e submetê-lo a si. Pelo contrário, vimos que está dependente dele, que é o seu servo mais humilde, o seu cão; e esse mesmo cão, que ao longo de toda a sua vida anda atrás do seu focinho, simultaneamente hedonista e vítima sem vontade própria, libertino e presa desfrutada, essa mesma criatura deve, de um só fôlego, ser contra tudo, postar-se contra si próprio e o seu vício, sem jamais deste se poder libertar, continuar assim e estar indignado e, além disso, saber do seu próprio conflito interior! É uma exigência cruel, realmente, e é uma exigência radical; é tão cruel e radical como a própria morte.

Pois é do facto da morte que deriva esta exigência. A morte é o primeiro e o mais antigo facto. Até seríamos tentados a dizer: o único facto. É de uma idade medonha e nova a cada hora. Tem o grau de dureza dez e também corta como um diamante. Tem o frio absoluto do espaço sideral, duzentos e setenta e três graus negativos. Tem a velocidade do vento de um furacão, a mais elevada. É o real superlativo de tudo; só infinita é que ela não é, pois é alcançada por todos os caminhos. Enquanto houver a morte, cada sentença é um protesto contra ela. Enquanto houver a morte, cada luz é

um fogo-fátuo, pois conduz até ela. Enquanto houver a morte, nada do que é belo é belo, nada do que é bom é bom.

As tentativas de nos acomodar a ela — e que outra coisa são as religiões? — fracassaram. A descoberta de que não há nada depois da morte, uma descoberta terrível e que nunca se consegue esgotar por completo, lançou sobre a vida uma nova e desesperada santidade. O escritor, a quem é possível participar em muitas vidas, graças ao que nós, um pouco sumariamente, chamámos o seu vício, também toma parte em todas as mortes, de que estão ameaçadas essas vidas. O seu próprio medo — e quem não o teria perante a morte? — tem de se tornar o medo da morte de todos. O seu próprio ódio — e quem não odeia a morte? — tem de se tornar o ódio de todos à morte. É isto e nada mais a sua contradição do tempo, que está cheio de miríades e mais miríades de mortes.

Assim, coube ao escritor uma parte da herança da esfera religiosa, e, seguramente, a melhor parte da herança. Ele não tem de assumir poucas heranças: a filosofia legou-lhe, como vimos, a sua exigência de universalidade do conhecimento; a religião, a resolvida problemática da morte. A própria vida, a vida tal como ela era antes de toda a religião e filosofia, a vida animal, não consciente de si própria e do seu fim, deu-lhe, na forma concentrada e felizmente canalizada da paixão, a sua insaciável avidez.

Será, agora, nossa tarefa investigar como é constituída a relação entre essas partes de herança numa só pessoa, precisamente em Hermann Broch. É mesmo tão-só na sua coesão que elas têm importância. A unidade delas faz o carácter representativo da sua pessoa. A paixão muito concreta, de que ele está possuído, há-de lhe oferecer o material que ele condensa na imagem universal, vinculativa, do seu tempo. Mas a sua paixão muito concreta também tem, de modo natural e inequívoco, em cada uma das suas vibrações, de lhe revelar a morte. Pois é mesmo assim que ela alimenta o incessante, o implacável protesto contra o tempo que apaparica a morte.

Permitam-me agora um salto para a matéria que, daqui em diante, nos ocupará quase exclusivamente, para o *ar*: Talvez se admirem de que se fale sequer de algo tão comum. Esperam ouvir algo acerca da peculiaridade do nosso escritor, acerca

do vício a que se entregou, da sua terrível paixão. Suspeitam, por trás disso, de algo penoso ou, se tiverem uma disposição mais confiante, de algo mesmo assim muito misterioso. Tenho de os desiludir. O vício de Broch é de um género inteiramente banal, mais banal que fumar tabaco, consumir álcool e jogar às cartas, já que é mais antigo. O vício de Broch é a respiração. Ele respira com um gosto passional e nunca respira o suficiente. Tem um jeito inconfundível de se sentar, enquanto isso, seja onde for; aparentemente ausente, porque só raramente e de mau grado reage com os recursos correntes da linguagem, mas, na verdade, presente como nenhum outro, posto que para ele se trata sempre da totalidade do espaço em que se encontra, de uma espécie de unidade atmosférica.

Assim sendo, não basta saber que aqui está um aquecedor e ali um armário; ouvir aquilo que um diz e o que o outro sensatamente responde, como se ambos o tivessem antecipadamente combinado; também não basta registar o decurso e a massa do tempo, quando este chega, quando aquele se levanta, quando o terceiro se vai embora; isso já o relógio o faz por nós. Há muito mais para notar em toda a parte onde as pessoas estão juntas num dado espaço e respiram. A sala até pode estar cheia de bom ar e as janelas abertas. Pode ter chovido. O aquecedor pode espalhar ar quente e este calor pode chegar às pessoas presentes de modo desigual. O armário é capaz de ter estado fechado durante um bom bocado; o outro ar que, agora que ele foi aberto, de repente corre para ele talvez altere o comportamento dos presentes uns para com os outros. Estes falam, certamente, também têm alguma coisa para dizer, mas formam as suas palavras do ar e, ao dizê-las, enchem subitamente a sala com novas e estranhas vibrações, modificações catastróficas do anterior estado de coisas. E o tempo, o verdadeiro tempo psíquico, é pelo relógio que ele menos se rege; é antes, e em muito boa parte, função da atmosfera em que decorre. É, portanto, extraordinariamente difícil determinar, ainda que só aproximadamente, quando alguém realmente se juntou a uma sociedade, quando aquele se levantou e quando o terceiro realmente saiu.

Certamente, tudo isso parece simples e um mestre experiente como Broch bem pode sorrir de semelhantes exemplos.

Mas com isto apenas se pretende indicar quão importante passou a ser para ele próprio precisamente tudo quanto tem a ver com a gestão da respiração, como ele se apropria inteiramente das condições atmosféricas, de tal maneira que, no seu caso, muitas vezes estas substituem directamente as relações entre as pessoas; como ele ouve, enquanto respira, e taceia, enquanto respira, como subordina todos os seus sentidos ao seu sentido respiratório e, assim, de vez em quando dá a impressão de ser um grande e belo pássaro a que cortaram as asas, mas, de resto, deixaram a sua liberdade. Em vez de o encerrarem cruelmente numa só gaiola, os atormentadores abriram-lhe todas as gaiolas do mundo. Ainda o impele a insaciável fome de ar daquele tempo rápido e sublime; para a saciar, ele corre de gaiola em gaiola. De cada uma retira uma amostra do ar que a enche e leva-a consigo. Antes, ele era um perigoso predador, na sua fome, atacava tudo quanto estivesse vivo; agora, o ar é a única predação que lhe apetece. Não permanece muito tempo em lado nenhum; tão depressa chega, tão depressa se vai. Furta-se aos verdadeiros donos e moradores das gaiolas. Sabe que jamais, nem mesmo de todas as gaiolas do mundo, respirará conjuntamente aquilo que tinha dantes. Mas mantém sempre a sua nostalgia daquela grande coerência, da liberdade acima de todas as gaiolas. Continua, assim, a ser o grande e belo pássaro que foi, que os outros conhecem pelos nacos de ar que ele vai apanhar junto deles, e conhecido dele próprio pelo seu desassossego.

Mas, para Broch, a fome de ar e a frequente mudança dos espaços em que respira não chegam de maneira nenhuma. A sua capacidade alcança mais longe; ele lembra-se muito bem do que uma vez obteve ao respirar; lembra-se disso na forma única em que exactamente o experienciou. E ainda que muita coisa nova, e talvez mais intensa, se possa vir juntar a isso, o perigo de misturar impressões atmosféricas — para nós outros, perfeitamente natural — não existe para ele. Nada se desvanece para ele, nada perde a sua nitidez; ele possui uma rica e bem ordenada experiência em espaços respiratórios. Depende da sua vontade fazer uso dessa experiência.

Há, pois, que admitir que Broch é dotado de algo que eu só consigo designar como memória respiratória. É inevitável

perguntar-se o que é, então, efectivamente essa memória respiratória, como funciona e onde tem a sua sede. Vão fazer-me essa pergunta e eu nada de preciso saberei responder a isso. E, embora correndo o perigo de ser desprezado como um aldrabão pela ciência competente na matéria, tenho de concluir pela existência de uma tal memória respiratória a partir de determinados efeitos que não se poderiam explicar de outra maneira. Para não tornar fácilimo à ciência o seu desprezo, haveria que recordar a que ponto a civilização ocidental se afastou de todos os problemas mais subtis da respiração e da experiência respiratória. A psicologia mais antiga, exacta, até quase experimental, de que se sabe que, com mais razão, de facto, se deve designar como psicologia da auto-observação e da experiência interior, uma obra dos Indianos, tinha precisamente como objecto esse terreno. Não nos podemos admirar o suficiente de que a ciência, essa nova-rica da humanidade que, no decurso dos últimos séculos, se enriqueceu sem-vergonha e à custa de todos, tenha desaprendido precisamente aqui, no campo da experiência respiratória, aquilo que, já em tempos, na Índia era bem conhecido e, manifestamente, era prática diária de incontáveis adeptos.

Certamente que, em Broch, também está em jogo uma técnica inconsciente que lhe facilita a apreensão de impressões atmosféricas, a sua retenção e, mais tarde, a sua elaboração. O observador ingénuo notará nele várias coisas que poderiam fazer parte disso. Assim, as conversas com ele têm uma pontuação muito própria e inesquecível. Ele não gosta de responder com sim ou não, que seriam, talvez, cesuras demasiado violentas. O discurso de quem fala consigo, divide-o ele voluntariamente em segmentos aparentemente sem sentido. São marcados por um som característico, que se teria de reproduzir fielmente em termos fonográficos, e que é percebido pelo outro como concordância, mas, na realidade, apenas indica o registo daquilo que foi dito. Mal se consegue ouvir uma negação. O parceiro é pouco escutado na sua maneira de pensar e falar; Broch está mais interessado em ficar a saber de que modo específico o outro faz vibrar o ar. Ele próprio pouco fôlego exala e, assim, quando guarda as palavras para si, dá a impressão de obstinado e ausente.

Mas deixemos de lado esse aspecto pessoal, que exigiria um tratamento mais minucioso e que, só então, teria real valor, e perguntemo-nos o que empreende Broch, na sua arte, com a rica experiência respiratória de que dispõe. Esta dá-lhe a possibilidade de exprimir algo que de outro modo não fosse exprimível? Uma arte que nela se inspire oferece uma imagem nova e diferente do mundo? Até mesmo, é sequer pensável uma literatura que crie a partir da experiência respiratória? E quais são os recursos de que ela se serve no plano da palavra?

A isso haveria que responder, antes de tudo o mais, que a multiplicidade do nosso mundo também é constituída em boa parte pela multiplicidade dos nossos espaços respiratórios. O espaço em que vós estais sentados segundo uma ordem bem definida, quase completamente isolado do mundo circundante, o modo como as vossas respirações se misturam para formar um ar comum a todos vós e, depois, este choca com as minhas palavras, os ruídos, que vos incomodam, e o silêncio em que esses ruídos tornam a cair, os vossos movimentos reprimidos, a rejeição ou a concordância, tudo isso é, do ponto de vista de quem respira, uma situação perfeitamente única, irrepetível, estável em si e bem delimitada. Mas dai, depois, mais uns passos e encontrareis a situação completamente diferente de um outro espaço respiratório, numa cozinha, talvez, ou num quarto de dormir, numa taberna popular, num eléctrico, havendo sempre que pensar, em cada caso, numa constelação concreta e irrepetível de seres que respiram na cozinha, no quarto de dormir, na tasca ou no eléctrico. A grande cidade está tão cheia de semelhantes espaços respiratórios como de pessoas individuais; e tal como a fragmentação dessas pessoas, nenhuma das quais é como a outra — cada uma sendo uma espécie de beco sem saída —, constitui o principal encanto e a principal desgraça da vida, assim também nos poderíamos queixar da fragmentação da atmosfera.

A multiplicidade do mundo, a sua divisão individual, autêntica substância da criação artística, também é, portanto, um dado para quem respira. Até que ponto estava a arte anterior consciente disso?

Não se pode dizer que o elemento atmosférico tenha sido negligenciado na anterior abordagem das pessoas. Os ventos

fazem parte das figuras mais antigas do mito. Cada povo fez menção dos seus; poucos espíritos ou deuses são tão populares como eles. O sistema de oráculos chinês orientou-se muito pelos ventos. Tempestades, trovoadas, tornados constituem um elemento central nas epopeias mais antigas. Mesmo mais tarde e ainda hoje, são um acessório que reaparece sempre; é com predilecção que os vão, precisamente, buscar à arrecadação do mau gosto. Uma ciência que hoje surge com pretensões muito sérias, a meteorologia, ocupa-se em boa parte com as correntes do ar. Mas tudo isso, no fundo, é afinal muito grosseiro, posto que se trata sempre do aspecto dinâmico da atmosfera, de mudanças que quase nos fulminam, do demónio à solta no ar, de grande frio, grande calor, velocidades vertiginosas e recordes furiosos.

Imaginaí que a pintura moderna consistia numa representação grosseira e básica do sol ou do arco-íris! Uma impressão de barbárie sem igual não poderia deixar de se apoderar de nós, perante tais quadros. Teríamos tendência para neles abriremos buracos. Não teriam valor de qualquer espécie. Negar-se-lhes-ia, sem rodeios, a designação de «quadros», já que uma longa prática ensinou os homens a retirar da multiplicidade e mutabilidade das cores que presenciam obras realizadas sobre uma superfície, estáticas, bem acabadas, mas, no seu repouso, infinitamente diferenciadas, a que chamam quadros.

A abordagem literária do elemento atmosférico como algo estático está apenas no começo do seu desenvolvimento. O espaço respiratório estático ainda mal foi tratado. Se designarmos aquilo que, neste campo, haveria a produzir como imagem respiratória — por oposição à imagem colorida do pintor — e se continuarmos a pressupor, tendo em conta a grande afinidade que indubitavelmente existe entre respiração e fala, que a linguagem é um meio adequado para a realização da imagem respiratória, então, também temos de reconhecer em Hermann Broch o fundador dessa nova arte, o seu primeiro representante consciente, que até conseguiu ser o modelo clássico do seu género. É como clássico e esplêndido que há que designar «O Regresso a Casa», um conto de cerca de trinta páginas em que se descreve um homem que acabou de chegar a uma cidade, sai para a respectiva praça da estação

e aluga um quarto em casa de uma mulher idosa e da sua filha. É esse o conteúdo no sentido da antiga arte da narrativa, a fábula. Na verdade, são descritas a praça da estação e a morada da velha senhora. A técnica que Broch aqui emprega é tão nova quanto perfeita. A sua análise exigiria um tratamento próprio e, como este teria de entrar muito em pormenores, não teria certamente o seu lugar aqui.

As suas personagens não são para ele prisões. De bom grado lhes escapa, flutuando. Tem de lhes escapar, flutuando; mas permanece muito na sua proximidade. Elas estão deitadas no ar, ele respirou por elas. A sua cautela é um receio perante o bafó da sua própria respiração, que mexe com o sossego dos outros.

A sua sensibilidade, porém, também o separa das pessoas do seu tempo, que, no fundo, ainda se imaginam em segurança. Na verdade, estas tampouco são insensíveis. A soma total de sensibilidade no mundo civilizado tornou-se muito grande. No entanto, também essa sensibilidade tem, por estranho que possa parecer, a sua tradição regulamentada e que não se deixa abalar por nada. É determinada por aquilo que já se conhece bem. Atormentações que foram transmitidas até nós, que foram muitas vezes relatadas e muitas vezes relatadas do mesmo modo, como no caso dos mártires, por exemplo, que suscitam em nós a mais profunda repulsa. Algumas épocas — tão forte é a impressão que narrativas e ilustrações provocam em nós! — ficaram, no seu todo, marcadas com o ferrete da crueldade. Assim, a Idade Média é, para a grande maioria das pessoas que lêem e escrevem, o tempo da tortura e da queima das bruxas. Até mesmo a comprovada notícia de que a queima das bruxas foi, efectivamente, invenção e prática de uma época posterior pouco conseguiu alterar nesse ponto. O ser humano comum volta a pensar com horror na Idade Média, nomeadamente no patíbulo cuidadosamente conservado de uma cidade medieval que ele visitou... talvez na sua viagem de núpcias. O homem comum tem, no fundo, mais horror pela longínqua Idade Média do que pela Guerra Mundial por que ele próprio passou. Pode-se resumir este tema em *uma* frase arrasadora: seria mais difícil, hoje, condenar uma só pessoa a ser queimada viva em público do que desencadear uma guerra mundial.

A humanidade, portanto, só está indefesa quando não possui experiência nem recordação. Os novos perigos podem ser tão grandes quanto quiserem, que só a encontrarão mal preparada e, no máximo, exteriormente. O maior de todos os perigos, porém, que alguma vez surgiu na história da humanidade escolheu para vítima a nossa geração.

É a incapacidade de a respiração se defender, da qual, para terminar, ainda vou falar. É difícil exagerar a sua importância. Não há nada para que o ser humano esteja tão aberto como para o ar. Neste, ainda ele se move, tal como Adão no Paraíso, puro e inocente, e sem estar à espera de nenhum bicho mau. O ar é o último terreno comum. Compete a todos em conjunto. Não foi previamente partilhado, até o mais pobre se pode servir dele. E ainda que uma pessoa até possa morrer de fome, mesmo assim tem com que respirar — o que é certamente pouco — até ao fim.

E é este último recurso, que foi comum a todos nós, que nos deve envenenar a todos em conjunto. Nós sabemos isso, mas ainda não o sentimos, já que a nossa arte não é a respiração.

A obra de Hermann Broch situa-se entre guerra e guerra, guerra química e guerra química. Poderia ser que ele, agora, ainda sentisse algures as partículas venenosas da última guerra, mas isso é improvável. O certo, porém, é que ele, que é entendido em respirar melhor do que nós, já hoje está a sufocar com o gás que a nós outros, quem sabe quando somente, nos tolherá a respiração.

PODER E SOBREVIVÊNCIA

Entre os fenômenos mais sinistros da história intelectual humana encontra-se a fuga ao concreto. Existe uma tendência notória para se ir direito ao que é mais distante e não reparar em tudo aquilo em que, na maior proximidade, se esbarra incessantemente. O balanço dos gestos exuberantes, o lado aventureiro e temerário das expedições a terras distantes enganam quanto aos motivos que lhes estão por detrás. Não é raro tratar-se, simplesmente, de evitar aquilo que está mais próximo, porque não estamos à sua altura. Sentimos a sua perigosidade e preferimos outros perigos de consistência desconhecida. Mesmo quando estes já foram encontrados, e encontram-se sempre, então ainda começam por ter a seu favor o brilho do que é súbito e único. Seria necessária muita tacanhez para condenar essa extravagância do espírito, embora, de vez em quando, ela resulte de manifesta fraqueza. Levou a um alargamento do nosso horizonte, de que estamos orgulhosos. Mas a situação da humanidade é hoje, como todos nós sabemos, tão séria que temos de nos voltar para aquilo que está mais próximo e é mais concreto. Nem suspeitamos sequer de quanto tempo nos resta para olhar de frente o mais penoso, e, no entanto, bem pode ser que o nosso destino dependa de determinados conhecimentos difíceis, que ainda não temos.

Vou falar, hoje, de *sobrevivência* — referindo-me com isso, naturalmente, à sobrevivência dos outros — e tentar mostrar que essa sobrevivência se encontra no âmago do que nós designamos, de modo um tanto vago, como poder. E gostaria de começar a fazê-lo com uma consideração muito simples.

O homem *em pé* dá a impressão de ser autónomo, como se estivesse só por si, e ainda tivesse a possibilidade de tomar todas as decisões. O homem *sentado* exerce uma pressão, o seu peso manifesta-se para fora e desperta um sentimento de duração. Estando assim sentado, não pode cair; parece maior, quando se levanta. Mas o homem que se deitou a descansar, o homem *deitado*, esse desarmou-se. É coisa fácil chegar para ele, na incapacidade de defesa própria do seu sono. Quem está deitado talvez tenha caído, talvez tenha sido ferido. Antes de estar outra vez em pé, não será tomado por pleno.

O *morto*, porém, que nunca mais se levanta, tem um efeito enorme. O primeiro sentimento de quem vê um morto à sua frente, especialmente se este tiver algo a ver consigo, mas não só nesse caso, é um sentimento de incredulidade. Com desconfiança, se foi um inimigo, com trémula expectativa, se foi um amigo, espia-se nele cada possível movimento do seu corpo. Ele estremeceu, ele respira. Não. Não respira. Não estremece. Está realmente morto. E, então, começa o terror perante o facto da morte, a que se poderia chamar o único facto, que é tão monstruoso que inclui tudo em si. A confrontação com o morto é uma confrontação com a própria morte: é menos do que esta, porque não se morre realmente com ela, mas é mais do que esta, porque há sempre aí também uma outra morte. Mesmo o matador profissional, que confunde a sua insensibilidade com coragem e virilidade, não é poupado a essa confrontação: em alguma parte bem escondida da sua natureza, também ele se assusta. Acerca deste *acolhimento* do morto no observador, haveria muito que dizer; com a sua descrição precisa, poderiam preencher-se horas e noites. O testemunho mais grandioso a seu respeito é o mais antigo: o desgosto do sumério Gilgamesh perante a morte do seu amigo Enkidu.

Mas para nós não se trata, aqui, desse estádio aberto de uma vivência, da qual nós, como vítimas, não temos de nos envergonhar e que, por isso, está exposto à luz clara das religiões. Trata-se, sim, do estádio seguinte, que nós não gostamos de confessar a nós próprios, que é muito mais sério que o anterior e, de modo algum, humanamente digno, que tanto se encontra no coração do poder como da grandeza e que nós temos de ter em consideração, destemida e impiedosamente,

se quisermos perceber o que é considerado como poder e o que este provoca.

O temor perante o morto, tal como este jaz à nossa frente, é substituído pela satisfação: não somos nós próprios o morto. Poderíamos tê-lo sido. Mas é o outro quem jaz. Nós próprios estamos de pé, incólumes e ilesos, e quer fosse um inimigo que matámos ou um amigo que nos morreu, tudo parece ser, de repente, como se a morte, de que estávamos ameaçados, tivesse sido desviada para ele por nós próprios.

É este sentimento que muito rapidamente predomina. Aquilo que, a princípio, era medo está agora impregnado de satisfação. Nunca aquele que está em pé, e para quem tudo ainda é possível, esteve tão consciente do seu estar em pé. Nunca se terá sentido melhor em pé. O instante retém-no, o sentimento de superioridade relativamente ao morto prende-o a este. Se aquele que está em pé tivesse asas, agora não se desvaneceria, voando. Permanece onde está, na maior proximidade do inanimado, voltado para este; e seja este quem for, age sobre ele como se ainda tivesse acabado de o desafiar para o combate e ameaçado, e transforma-se numa espécie de presa.

Estes factos são tão medonhos e crus que são velados de todas as maneiras. Se alguém se envergonha de si ou não, isso é decisivo para a avaliação da pessoa. Mas nada altera os próprios factos. A situação de sobrevivência é a situação central do poder. A sobrevivência não é apenas impiedosa, é concreta, é uma situação precisamente delimitada e inconfundível. O ser humano nunca acredita plenamente na morte, enquanto não a tiver experimentado ele próprio. Mas experimenta-a através dos outros. Estes morrem diante dos seus olhos, cada um deles como indivíduo, e cada indivíduo que morre convence-o da morte. Alimenta o medo dela, porque morreu em lugar do vivo. Este empurrou-o à sua frente, em seu lugar. O vivo nunca se julga maior do que quando é confrontado com o morto, que caiu para sempre: nesse momento, é, para si, como se tivesse crescido.

No entanto, é um crescimento que geralmente não se ostenta. Pode ficar em segundo plano atrás de uma autêntica mágoa e ser completamente encoberto por esta. Mas mesmo que o falecido pouco tivesse significado para uma pessoa e de

modo algum se espere desta uma especial manifestação de pesar, vai absolutamente muito contra os bons costumes deixar entrever alguma coisa da satisfação que a confrontação com o morto provoca nessa pessoa. É um triunfo que permanece escondido, que não se confessa a ninguém e, talvez, nem sequer a si próprio. A convenção tem aqui o seu valor: procura manter secreto e pequeno um sentimento cuja despreocupada manifestação teria as mais perigosas consequências.

Nem em todas as circunstâncias se *permanece* neste recato. Para perceber como se passa do triunfo secreto perante a morte para um triunfo aberto, confesso, um triunfo que traz honra e fama e que, por isso, se ambiciona, é indispensável considerar a situação do *combate*. E, para ser preciso, na sua forma mais originária.

O corpo humano é mole e delicado, e, na sua nudez, muito vulnerável. Tudo nele consegue penetrar; a cada ferimento, torna-se cada vez mais difícil para ele defender-se; e, num ápice, está liquidado. Um homem que se apresenta ao combate sabe o que arrisca; se não estiver consciente da sua superioridade, é quando mais arrisca. Quem tem a sorte de vencer, sente um acréscimo de força e é tanto mais pressurosamente que enfrenta o seu próximo adversário. Após uma série de vitórias, obterá aquilo que, para o combatente, é o mais precioso, um sentimento de *invulnerabilidade*, e, assim que o tiver, atrever-se-á a combates cada vez mais perigosos. Doravante, para ele, é como se tivesse um outro corpo, que já não está nu, já não é delicado, está blindado pelos seus momentos de triunfo. Por fim, já ninguém lhe pode fazer mal, ele é um herói. De todo o mundo e da maioria dos povos, são conhecidas histórias de seres invulneráveis; e mesmo que, como não raramente acontece, estes continuem sendo vulneráveis numa parte secreta do seu corpo, isso só realça ainda mais a sua restante invulnerabilidade geral. O prestígio do herói assim como a sua dignidade própria são constituídos por todos aqueles instantes em que ele esteve em pé, como vencedor, diante do seu inimigo abatido. É pela superioridade que o seu sentimento de invulnerabilidade lhe dá que ele é admirado; aquela não é considerada como uma vantagem injusta sobre o seu adversário. Todo aquele que

não se vergar perante si desafia-o ele sem hesitar. Ele combate, vence, mata; e colecciona as suas vitórias.

«Coleccionar», neste caso, tem de entender-se no sentido literal. É como se as vitórias entrassem no corpo do vencedor e, daí em diante, ficassem à sua disposição. Deixámos de ser capazes, é verdade, de conceber esse processo como algo concreto, não o aceitamos bem; no entanto, a sua eficácia subterrânea até ao nosso século é inquestionável. Pode ser elucidativo segui-lo também numa civilização em que ele ainda se desenrole abertamente, numa dessas civilizações que nós, com alguma imprecisão, designamos como primitivas.

No Pacífico Sul, designa-se como *mana* uma espécie de força sobrenatural e impessoal, que pode passar de um ser humano para outro. É muito cobiçada e, em certos indivíduos, é susceptível de ser acumulada. Um guerreiro valente pode adquiri-la de modo inteiramente consciente. Não a deve, todavia, nem à sua experiência em combate nem à sua força física, mas, pelo contrário, ela passa para si como mana do seu inimigo abatido. Faço, aqui, uma citação do livro de Handy sobre a religião polinésia:

«Nas (ilhas) Marquesas, um membro da tribo podia, pela valentia pessoal, vir a ser chefe guerreiro. Admitia-se que o guerreiro continha no seu corpo a mana de todos aqueles que tinha matado. À proporção da sua valentia, a sua própria mana ia crescendo. Contudo, na concepção do indígena, a sua valentia era o *resultado* e não a causa da sua mana. Com cada morte por ele conseguida, crescia também a mana da sua lança. O vencedor em combate de homem para homem tomava o nome do inimigo abatido: isso era o sinal de que a sua força, agora, lhe pertencia. Para incorporar directamente a sua mana, comia da sua carne; e para prender a si, numa batalha, esse acréscimo de poder, para se assegurar da íntima relação com a mana capturada, trazia consigo, como parte do seu equipamento guerreiro, um qualquer resto corporal do inimigo vencido; um osso, uma mão seca, por vezes, até um crânio inteiro.»

Eis a descrição de Handy. Não se pode exprimir melhor o efeito da vitória no sobrevivente. Este, ao matar o outro, tornou-se mais forte, e o acréscimo de mana fá-lo capaz de novas

vitórias. É uma espécie de bênção que ele arranca ao inimigo, mas que só pode alcançar se este estiver morto. A presença física do inimigo, vivo e, depois, morto, é indispensável. Há que ter combatido e há que ter matado; tudo depende do próprio acto de matar. As partes manejáveis do cadáver, de que o vencedor se assegura, que ele incorpora em si, com as quais se ornamenta, recordam-lhe sempre o acréscimo do seu poder. Sente-se mais forte, graças a elas, e, com elas, provoca o temor: cada novo inimigo, que ele desafia, treme diante dele e vê à sua frente, de maneira terrível, o seu próprio destino.

Há, entre outros povos, concepções de outro tipo, que, no entanto, servem o mesmo objectivo. A ênfase nem sempre incide no carácter aberto do combate. Entre os *Murngin* da Terra de Arnhem, na Austrália, cada homem jovem procura para si um inimigo, a fim de se apoderar da sua força. Mas tem de matá-lo secretamente, durante a noite, e só se o conseguir é que o espírito do assassinado passa para ele e lhe confere dupla força. Diz-se expressamente que, por este processo, o vencedor *crece*, se torna efectivamente *maior*. Em vez da força impessoal da mana, com que travámos conhecimento no caso precedente, aqui é um espírito pessoal que se procura capturar, e este não pode chegar a ver a cara do assassino durante o seu acto senão fica furioso e recusa-se a penetrar nele. Por esta razão, precisamente, é indispensável que o assalto decorra na escuridão da noite. A maneira como, depois, a alma do morto entra no corpo do homicida é descrita com precisão. Uma vez dominada e incorporada, essa alma é-lhe, então, útil de todas as formas. Não só o próprio assassino se torna, graças a ela, fisicamente maior, como também a presa que ela o ajuda a capturar, quer seja um canguru, quer seja uma tartaruga, ainda cresce ao morrer, depois de ter sido atingida, e de propósito, nos seus últimos momentos, acumulando gordura para o felizardo.

Heróis mais no género da nossa bem conhecida tradição encontram-se nas ilhas Fidji. Conta-se como um rapaz, que vivia longe do seu pai e ainda não era completamente adulto, encontrou o caminho até ele e, para o impressionar, enfrentou sozinho todos os inimigos do pai.

«Na manhã seguinte, muito cedo, os inimigos subiram com grandes gritos de guerra até à cidade (...) O rapaz levantou-se

e disse: “Que ninguém me siga! Ficai todos vós na cidade!” Agarrou na moca que ele próprio preparara, saiu a correr para o meio dos inimigos e bateu furiosamente à sua volta, para a direita e para a esquerda. Com cada pancada matava um, até que eles acabaram por fugir dele. Sentou-se sobre um montão de cadáveres e chamou a sua gente na cidade: “Vinde cá para fora e levai arrastados os homens abatidos!” Eles saíram, cantaram o cântico dos mortos e arrastaram para longe os 42 cadáveres dos que haviam sido abatidos, enquanto na cidade os tambores soavam.»

O rapaz não só esteve à altura de todo um bando de inimigos como, com cada um dos seus golpes, deitou por terra um deles, e nenhum dos seus golpes foi em vão. No fim, senta-se como vencedor sobre um montão de cadáveres, e cada um, em que ele se senta, foi morto por si pessoalmente. O prestígio de tal eficiência guerreira era tão grande nas ilhas Fidji que havia quatro nomes diferentes para heróis, consoante o número dos inimigos mortos. O mais baixo na escala chamava-se *koroï*, o matador de um homem; chamava-se *koli* aquele que matasse dez; *visa*, quem matasse vinte, e *wangka* era um indivíduo que tivesse abatido trinta pessoas. Um famoso chefe denominava-se *koli-visa-wangka*: tinha matado 10+20+30, ou seja, 60 pessoas.

Nunca é inteiramente isento de perigo dirigirmo-nos aos chamados primitivos. Vamos ter com eles para, a partir deles, lançarmos uma luz impiedosa sobre nós próprios; no entanto, o efeito que eles têm é, muitas vezes, o oposto. Ficamos com a impressão de lhes ser imensamente superiores, porque eles o fazem com mocas e não com bombas atômicas. Na realidade, tudo o que podemos lamentar a propósito do chefe *koli-visa-wangka* é o facto de a sua língua lhe criar tamanhas dificuldades com a contagem. Aí, para nós, é efectivamente mais fácil, até demasiado fácil.

Fui buscar o último exemplo somente para mostrar aonde leva a manifesta habituação à sobrevivência. A coisa não fica pelo caso — por assim dizer, «limpo» — do herói, que, em duelos seleccionados, vai adquirindo sucessivamente o seu sentimento de invulnerabilidade, para, depois, o pôr à prova uma e outra vez, quando a sua gente está ameaçada por monstros ou

por inimigos. Talvez tenha havido, realmente, heróis contidos deste tipo. Eu tendo a considerá-los como um caso ideal. Pois o sentimento de alegria próprio da sobrevivência concreta é um prazer intensivo. Uma vez confessado e aprovado, ele exigirá a sua repetição e transformar-se-á rapidamente numa paixão, que é insaciável. Quem estiver possuído por ela, apropriar-se-á das formas da vida social à sua volta, de modo que estas sirvam essa paixão.

A paixão é a do *poder*. Está tão ligada ao facto da morte que nos parece natural; nós aceitamo-la tal como a morte, sem a pôr realmente em causa, até sem a encarar seriamente nas suas ramificações e repercussões.

Quem adquiriu gosto pela sobrevivência quer *acumulá-la*. Procurará provocar situações, nas quais sobreviva a muitos ao mesmo tempo. Os momentos de sobrevivência dispersos, que a existência quotidiana lhe oferece, não lhe bastarão. Nessas condições, tudo demora demasiado tempo, e ele não pode dar um empurrãozinho. Tratando-se de pessoas que realmente lhe estão próximas, ele não quer mesmo dar uma ajudinha. A existência pacífica na maioria das sociedades humanas tem o seu curso enganador, procurando encobrir perigos e rupturas. O incessante desaparecimento da sua vista de pessoas que, aqui e ali, de repente já não estão vivas, é entendido e apresentado como se, na realidade, elas não estivessem inteiramente ausentes. Há processos de apaziguamento de um tipo especial, em que se lhes dirige a palavra como se elas ainda pudessem tomar parte neles. Na maioria das vezes, ainda se acreditava realmente na sua existência algures, e a sua inveja dos vivos era temida, já que podia acarretar perigosos efeitos sobre estes.

Foi contra esta rede de relações apertadamente tecida, tão apertadamente que ninguém, realmente, nem mesmo um falecido, pode cair do mundo por completo, que sempre se voltou a actividade daqueles que buscavam a sobrevivência física. Caso fossem, de resto, naturezas singelas, então sentiam-se bem na guerra e na matança. Fala-se sempre, em tais ocasiões, da atracção do perigo, como se o perigo fosse o autêntico sentido da situação de guerra. E, não obstante, é evidente do que se trata, realmente, nas guerras: trata-se de matar, de matar em massa. Um montão de mortos inimigos, eis o objectivo.

E quem quer vencer imagina, muito claramente, que irá sobreviver a esse montão de mortos inimigos. A coisa, porém, não se fica por estes: muitos do próprio lado também tombam, e também a estes se sobreviveu. Quem entra na guerra de bom grado, age com o sentimento de que voltará, de que não será atingido. É uma espécie de lotaria invertida, em que só ganham os números que *não* saem. Quem vai para a guerra de bom grado, vai com *confiança*, e essa confiança consiste na expectativa de que os caídos de ambos os lados, também os do próprio lado, serão unicamente *outros*, e ele será o sobrevivente. A guerra oferece, assim, até ao homem comum, que, em tempos de paz, não pode considerar-se nada de especial, a oportunidade de chegar a um sentimento de poder, precisamente naquele ponto em que este sentimento tem a sua raiz: a continuada sobrevivência. Aqui, não é de todo possível contornar a presença de mortos, tudo aponta para ela; e mesmo a quem, nesse sentido, não tenha grande mérito pessoal, enaltece-o a visão de todos os caídos, entre os quais ele *não* se encontra.

Aquilo que, na paz, está sujeito às mais pesadas sanções é, então, não só exigido a uma pessoa como praticado em massa. O sobrevivente regressa com um enaltecido sentido de si mesmo, ainda que a guerra *não* tenha corrido bem para o seu lado. De outro modo não se poderia explicar que pessoas que viram muito bem os aspectos terríveis da guerra os esqueçam tão depressa ou os transfigurem. Todo aquele que regressa são irradia algo do esplendor da invulnerabilidade.

Mas nem todos são simples, nem todos se contentam com isso. Há uma forma mais activa dessa experiência, e é esta que, aqui, propriamente nos interessa. Um indivíduo não pode, de maneira nenhuma, matar sozinho tantas pessoas quantas a sua paixão pela sobrevivência é capaz de desejar. Mas pode levar outros a isso ou dirigi-los. Como general, é ele quem decide quanto à forma da batalha. Planeia-a previamente e dá a ordem para ela começar. Manda que o informem acerca dela. Antigamente, costumava observar o seu desenrolamento de um sítio elevado. Na verdade, está, assim, retirado do combate directo; talvez nem chegue sequer a matar um único inimigo. Mas os outros, os que estão sob as suas ordens, encarregam-se

disso por ele. Aquilo que eles conseguirem é-lhe atribuído a ele. É ele que é tido pelo verdadeiro vencedor. O seu nome assim como o seu poder crescem com o número de mortos. Por uma batalha, em que não se combatesse seriamente, que fosse ganha com demasiada facilidade e quase sem vítimas, ele não será alvo de particular consideração. Só com vitórias fáceis não é possível edificar um verdadeiro poder. O temor que este pretende suscitar, que é o seu autêntico objectivo, depende da grande quantidade de vítimas.

Os famosos conquistadores da história seguiram, todos eles, esse caminho. Virtudes de toda a ordem foram-lhes, mais tarde, atribuídas. Ainda séculos depois, os historiadores confrontam conscienciosamente as suas características umas com as outras, a fim de chegarem a um juízo justo — conforme crêem — sobre eles. A sua fundamental ingenuidade neste assunto é palpável. Praticamente, ainda estão subjugados pelo fascínio de um poder que há muito tempo desapareceu. Passam a ser contemporâneos de uma época a que se habituaram, e introduziu-se neles algo do temor que os coevos sentiam perante a implacabilidade do poderoso; não sabem que se lhe *submetem*, enquanto examinam honestamente os factos.

A isso junta-se um motivo mais nobre, do qual nem mesmo grandes pensadores foram isentos: uma pessoa não suporta dizer a si própria que um número enorme de seres humanos, cada um dos quais contém em si todas as capacidades humanas, foram chacinados em vão, absolutamente para nada; e, portanto, procura-se depois encontrar-lhe um sentido. Como a história prosseguiu, é sempre fácil encontrar um sentido aparente na sua continuidade; e tem-se o cuidado de que esse sentido adquira uma espécie de dignidade. É que a verdade, neste caso, não tem mesmo dignidade nenhuma. É tão vergonhosa como foi aniquiladora. Trata-se de uma paixão privada do detentor do poder: a sua vontade de sobreviver cresce com o seu poder; o seu poder permite-lhe satisfazê-la. O autêntico conteúdo desse poder é o desejo de sobreviver às pessoas em grande quantidade.

É mais útil para ele se as suas vítimas forem inimigos; mas os amigos também servem. Em nome das virtudes *viris*, exigirá dos seus súbditos o mais difícil, o mais irrealizável. Não

quer dizer mesmo nada para ele se, com isso, eles perecerem. Consegue convencê-los de que é uma honra, posto que acontece por ele. Graças às presas que, a princípio, lhes arranja, prendê-los-á a si. Servir-se-á do comando, que parece ter sido feito para os seus fins (não podemos, hoje, meter-nos numa análise minuciosa do comando, que é infinitamente importante). Excitá-los-á até se tornarem massas belicosas e suscitar-lhes-á tantos inimigos perigosos que, por fim, será impossível para eles abandonar a sua própria massa bélica. Não lhes confia o seu intuito mais profundo; é capaz de se dissimular bem e encontra para tudo quanto ordena cem pretextos convincentes. Talvez se traia pela arrogância, no círculo dos seus amigos mais íntimos; mas, então, por completo, tal como Mussolini para com Ciano, ao chamar, com desprezo, carneiros ao seu povo, cuja vida, naturalmente, não interessa.

Pois o autêntico intuito do verdadeiro detentor do poder é tão grotesco como incrível: ele quer ser o único. Quer sobreviver a todos, para que nenhum *lhe* sobreviva. É a todo o custo que ele quer escapar à morte e, portanto, não deve haver ninguém, mesmo ninguém, que lhe possa causar a morte. Enquanto houver pessoas, sejam elas quem forem, ele nunca se sentirá seguro. Até os seus guardas, que o protegem dos seus inimigos, se podem voltar contra ele. A prova de que, secretamente, teme sempre aqueles a quem comanda não é difícil de apresentar. E também o acomete sempre o receio de aqueles que o rodeiam mais de perto.

Houve detentores do poder que, por esse motivo, nunca quiseram ter um filho. O fundador do império zulu na África do Sul, Shaka, um homem muito corajoso, nunca superou o seu medo de um filho. Tinha 1200 mulheres, que ostentavam o título oficial de «irmãs». Era-lhes proibido ficar grávidas; a gravidez era punida com a pena de morte. A sua mãe, a única pessoa por quem ele tinha afecto, e cujo conselho lhe era indispensável, ansiava por um neto e quando uma das mulheres, apesar de tudo, ficou grávida, ela escondeu-a ao pé de si e ajudou-a a dar à luz um filho. Durante alguns anos, este cresceu em segredo junto da avó. Um dia, aquando de uma visita, Shaka surpreendeu a sua mãe a brincar com um miúdo. Reconheceu-o imediatamente como seu filho e matou-o, logo

ali, por suas próprias mãos. Mas nem por isso escapou ao destino que temia: em vez de ser por um filho, foi assassinado, aos 41 anos de idade, por dois dos seus irmãos.

Esse receio de um filho parece-nos estranho; Shaka é invulgar no facto de não admitir, de maneira nenhuma, um filho. De resto, estão na ordem do dia as lutas entre soberanos e seus filhos. A história oriental está tão cheia delas que há que considerá-las mais como regra do que como excepção. Mas que sentido deve atribuir-se à afirmação segundo a qual o detentor do poder quer ser o único? Parece natural, e nós passámos por isso, que queira ser o *mais forte*, que lute contra outros detentores do poder, a fim de os submeter; que nutra a esperança de os vencer a todos e vir a ser senhor do maior império, talvez até, em última instância, do único império. Que ele gostasse de ser o único *soberano*, isso não me será contestado, porquanto demasiados conquistadores desempenharam esse papel, e alguns, dentro dos seus horizontes, até o conseguiram efectivamente. Mas o único homem? Que pode significar isso, de o detentor do poder gostar de ser o único homem? Faz parte da essência do poder o facto de os outros existirem para ser dominados. Sem eles, nenhum acto do poder é concebível. Perde-se de vista, ao fazer esta objecção, que o acto do poder pode consistir no *afastamento* dos outros; e que quanto mais radical e completamente isto se processar, tanto maior é esse acto.

Um acontecimento de semelhantes proporções é-nos narrado na Índia do século XIV. Tem um ar tão moderno, apesar da sua coloração exótica, que gostaria de o referir sucintamente. O rei mais enérgico e ambicioso do seu tempo, Muhammad Tughlak, o sultão de Delhi, encontrava repetidamente cartas, que, de noite, haviam sido atiradas por cima dos muros do seu salão de audiências. O respectivo conteúdo exacto não é conhecido, diz-se, no entanto, que continham insultos e ofensas. Ele decidiu reduzir Delhi, então uma das maiores cidades do mundo, a escombros. Dado que, como muçulmano rigoroso, atribuía grande importância à justiça, *comprou* a todos os habitantes as suas casas e habitações, e pagou o preço por inteiro. Depois, ordenou-lhes que se mudassem para uma cidade nova, muito distante, Daulatabad, que ele queria ins-

tituir como sua capital. Eles recusaram-se. Perante isso, ele mandou anunciar pelo seu arauto que, decorridos três dias, não era lícito a ninguém ser encontrado na cidade. A maioria dos habitantes acatou a ordem, mas alguns esconderam-se em suas casas. O sultão mandou revistar a cidade, em busca de pessoas que lá tivessem ficado. Os seus escravos encontraram dois homens na rua, um aleijado e um cego. Foram levados à sua presença, e ele ordenou que o aleijado fosse disparado para o exterior por uma catapulta e o cego fosse arrastado de Delhi para Daulatabad, o que era uma viagem de 40 dias. Pelo caminho, este caiu em pedaços e tudo quanto dele chegou a Daulatabad foi uma perna. Então, toda a gente fugiu de Delhi, deixando móveis e pertences para trás, e a cidade ficou inteiramente abandonada. Tão completa foi a destruição que nem um gato nem um cão restaram nos edifícios da cidade, nos palácios ou nos seus arrabaldes. Uma noite, o sultão subiu ao telhado do seu palácio e olhou para Delhi, onde não se conseguia ver nenhum lume, nenhum fumo, nenhuma luz, e disse: «Agora, o meu coração está sossegado e a minha cólera acalmada.»

É verdade que, mais tarde, escreveu aos habitantes de outras cidades, ordenando-lhes que se mudassem para Delhi, a fim de a repovoar; é igualmente verdade que só poucos vieram e que Delhi, na sua incomensurável grandeza, permaneceu, por muito tempo, quase vazia. Mas o momento que importa é o da sua *unicidade*, em que ele, de noite, no telhado do seu palácio olhou para a cidade vazia; todos os seus habitantes, mesmo cães e gatos, afastados dela, à distância de 40 dias de viagem, nem lume, nem fumo, nem luz, e ele sozinho: «Agora, o meu coração está sossegado.»

Há que assinalar, a propósito, que esta frase do sultão — «Agora, o meu coração está sossegado» — não é uma invenção posterior nem um alindamento, é-nos convincentemente transmitida pelo famoso viajante árabe Ibn Battuta, que viveu sete anos na corte do sultão e o conheceu muito bem. O seu coração está sossegado, porque não há, em toda a parte, uma pessoa que se possa virar contra ele. Mas, no seu espírito, é também como se tivesse sobrevivido a todas as pessoas: a população da sua capital, nestas circunstâncias, representa

a humanidade inteira. Esse momento de *unicidade* foi, certamente, apenas transitório, mas a determinação com que foi provocado, o seu enorme custo, as consequências que acarretou — nomeadamente, o despovoamento de uma grande e brilhante capital por muitos anos —, o facto de um soberano prezado pela sua inteligência e equidade, circunspecto, activo e prático, se ter permitido tratar assim a sua própria capital, como se fosse a do seu pior inimigo, tudo isso indica que o desejo dessa unicidade é algo extremamente real, uma autêntica força de primeira ordem, que se tem de levar a sério e de investigar sempre que para tanto se ofereça uma oportunidade.

Como muitas outras coisas, é de dentro para fora que ela é mais susceptível de se perceber, nomeadamente na observação de certas doenças mentais, muito em especial da paranóia. Que eu saiba, o documento de longe mais importante sobre o único neste sentido são as *Memórias* do antigo presidente do Senado de Dresden, Schreber. Um paranóico, que passou nove anos em asilos, fez aí uma descrição completa e coerente do seu sistema a partir de dentro. Esse livro é, aliás, de interesse não só para o fim que temos em vista; toca em fenómenos tão diversos e que surgem tão frequentemente que não hesito em designá-lo como o documento mais importante da literatura psiquiátrica em geral. Ainda sob a forma de manuscrito, levou à revogação judicial da interdição de Schreber. Como livro, foi publicado pelo autor em 1903, numa espécie de edição de autor. A sua família, que se envergonhava do livro, comprou a maior parte da edição, e a edição original é capaz de se ter tornado muito rara.

Deve-se, com certeza, prescindir de um texto que Freud publicou, em 1911, acerca de Schreber.¹ Não é um dos trabalhos mais felizes de Freud. Parece ser uma primeira tentativa, tateante, e fica-se com a impressão de que o próprio Freud estava consciente das respectivas deficiências. Só levou em consideração uma parte muito pequena do material e raramente se enganou tanto na sua interpretação. Apenas nos podemos convencer disso, se conhecermos realmente bem as *Memórias*. Na discussão posterior desta obra somente foram

¹ Notas psicanalíticas sobre um caso de paranóia descrito em termos autobiográficos (*Dementia paranoides*).

tidas em consideração as passagens de Schreber que o próprio Freud cita. Foi tão-só nos últimos anos que um ou dois autores se deram ao trabalho de recorrer ao próprio documento, mas ninguém ainda o esgotou e tampouco será assim tão fácil esgotá-lo. Mas, para sermos justos, temos de sublinhar que Freud escreveu no ano de 1911, portanto, antes que, com o rebentar da I Guerra Mundial, começasse, propriamente, o nosso século. Quem é que passou, pensando, pelos quase 60 anos decorridos desde então e permaneceu o mesmo? A quem é que não se colocaram de novo todos os problemas? Somente para pessoas da nossa geração se tornou possível perceber Schreber e interpretá-lo de modo que a maior parte do que ele expõe não seja ignorada.

Seguidamente, salientarei apenas duas das ideias por que Schreber estava dominado. Tenho o direito de as salientar, pois não pode haver dúvida de que se encontram no centro do seu delírio.

Toda a humanidade tinha sucumbido. A única pessoa que restava, a única pessoa viva era *ele*. Estava inquieto com a catástrofe que podia ter levado à ruína da humanidade e tinha, quanto a isso, mais do que *uma* suspeita. Talvez o Sol se tivesse afastado da Terra e se tivesse produzido uma glaciação geral. Talvez fosse um tremor de terra, como, em tempos, o de Lisboa. Mas era à ideia de epidemias devastadoras, lepra e peste, que ele dedicava mais atenção. A fim de proceder com toda a segurança, ocorriam-lhe formas novas e desconhecidas de peste. Enquanto as outras pessoas tinham todas perecido com isso, ele, sozinho, fora curado por raios «abençoadores».

No agitado período inicial da sua doença, tinha visões grandiosas. Uma dessas visões levava-o, numa espécie de ascensor, até às profundezas da Terra. Passava, assim, por todos os períodos geológicos e, de repente, achou-se numa floresta de carvão mineral. Uma vez, deixou temporariamente o veículo e vagueou por um cemitério, onde jazia toda a população residente em Leipzig. Aí, visitou a sepultura da sua mulher.

Na realidade, a sua mulher ainda era viva e fazia-lhe visitas regulares no asilo Sonnenstein, perto de Dresden, onde ele passou oito ou nove anos como paciente. E dessas visitas estava ele muito plenamente consciente. Via e ouvia também o seu

médico, os outros médicos do asilo e os guardas. Quando os seus estados de agitação se agravavam, havia altercações desagradáveis com eles. Via igualmente outros pacientes. Como se conciliava isso com a sua convicção inabalável de que era o único? Ele não negava aquilo que tinha diante dos olhos, mas compunha-o a seu jeito. As pessoas que ele via não eram *reais*, eram «homens fugazmente colocados». É como lhes chama, e essas miragens, que vinham e desapareciam, e a que ele não dava mesmo importância nenhuma, eram-lhe apenas mostradas para o enganar e confundir.

Mas não se imagine que ele, por ser o único ser humano, levava uma vida solitária. Estava em contacto com as estrelas, e esse contacto era de um tipo muito especial. É que as almas dos mortos continuavam a viver nas estrelas, estavam penduradas, em enormes bandos, em constelações bem conhecidas, como a Cassiopeia ou as Pléiades. Até se lhe afigurava que esses corpos celestes fossem constituídos, muito concretamente, pelas almas dos mortos. Sobre essas almas ele exercia, agora, uma poderosa atracção. Elas reuniam-se em grandes quantidades à volta dele, para, depois, se desvanecerem sobre a sua cabeça ou no seu corpo. De noite, gotejavam, aos milhares, das estrelas para cima dele, como «pequenos homens», minúsculas figurinhas com forma humana, do tamanho de alguns milímetros, e levavam uma curta existência sobre a sua cabeça. Mas, muito em breve, estavam acabadas, o seu corpo absorvia-as e elas desapareciam nele. Às vezes, ele ainda ouvia um breve e derradeiro estertor, como de moribundos, antes de elas se dissolverem nele. Avisava-as da sua força de atracção, mas, apesar disso, elas vinham. Constelações inteiras dissolviam-se assim, uma má nova, após outra, chegava até ele. Ajuntando estrelas, tentava-se salvar uma ou outra constelação, mas, no fundo, era tudo em vão: o seu efeito catastrófico sobre o mundo não podia ser parado por nada.

Ele designa-se, é certo, precisamente por causa dessa ligação com as almas, como o maior vidente de todos os milénios. Mas, tendo em conta as descrições da sua actuação que ele próprio faz, essa expressão é inexacta. Seríamos tentados a dizer: *demasiado* modesta. A verdadeira imagem, que ele oferece, é outra. Apresenta dois estádios diferentes do *poder* em um.

Como aparecem simultaneamente e um ao lado do outro, pode, à primeira vista, criar confusão. É fácil, porém, separá-los um do outro e compreendê-los no seu preciso significado. No que diz respeito aos seus *próximos*, pois já todos pereceram e ele é, conforme o seu desejo, o único. Este é o extremo e derradeiro estágio do poder. Pode-se trabalhar nesse sentido, contudo só é possível realizá-lo plenamente no delírio. Mas no que diz respeito às *almas* — que ele, aliás, concebe com forma humana, portanto, ainda assim, de algum modo como seres humanos —, ele ainda é o grande homem; é, para elas, o chefe, em redor do qual elas se ajuntam como massa, aos milhares e mais milhares. Mas não é, simplesmente, como se elas, enquanto massa, permanecessem reunidas à volta dele, como um povo em torno do seu chefe; antes acontece com elas o mesmo que os povos que se apinham em redor do seu chefe só pouco a pouco, com o correr dos anos, vão experimentando: tornam-se cada vez *mais pequenos* relativamente a ele. Tão depressa as almas o alcançaram, encolhem imediatamente para uma dimensão de poucos milímetros e, assim, a verdadeira relação entre eles manifesta-se da maneira mais convincente: ele, em comparação com elas, é um gigante; elas, como minúsculas criaturas, agitam-se à volta dele. Mas a coisa também não fica por aí: o grande homem engole-as. Elas entram, literalmente, nele, para, depois, desaparecerem por completo. O seu efeito sobre elas é aniquilador. Ele atrai-as e junta-as, redu-las e devora-as. Tudo quanto elas eram benéfica, daí em diante, o próprio corpo dele.

Se, neste ponto, ele ainda não é totalmente o único, pois é, mesmo assim, o único que conta. Para este estágio do poder, com que todos nós estamos familiarizados, ele oferece uma imagem que não poderia ser mais clara nem mais convincente. Não nos deixemos assustar pelo facto de essa imagem estar inserida no contexto de uma alucinação. Temos de ir buscar os nossos conhecimentos onde estes se oferecem, e o poder efectivo, nas formas extremas que conhecemos, não é menos uma alucinação. Acerca de como se *alcança* o poder, Schreber certamente que nada nos pode dizer. Para tanto, seria necessário ter em consideração a prática do poder. Mas já não me parece nada desprezível vir a saber por ele o que o poder tinha *em vista*.

Espero não desiludir, se concluir com Schreber. Seria preciso estar tão perturbado como ele, ou como um real detentor do poder do tipo que descrevemos, para alguém se dar por satisfeito com isso. Afinal, as pessoas, todos nós, também estão metidas nisso, e uma parte muitíssimo mais importante de uma análise de semelhante poder teria de tratar de saber porque lhe obedecemos. Era minha intenção limitar-me ao aspecto interior do detentor do poder, que nos parece incompreensível, ao qual tudo, em nós, se opõe, e que, por isso mesmo, não podemos deixar de olhar com a máxima atenção.

1962

«**Esta, acho eu, seria a autêntica missão dos escritores. Eles deveriam manter abertos os acessos *entre* as pessoas, graças a um dom que foi geral, que, agora, está condenado à atrofia, mas que eles teriam de preservar por todos os meios. Deveriam ser capazes de se transmutar em *qualquer um*, mesmo no mais pequeno, no mais ingênuo, no mais impotente.**»

«Descobrir Canetti pela primeira vez é quase como descobrir, sem aviso prévio, uma obra de arte complexa e gratificante.»

The New York Times

«A sua escrita consegue captar a absoluta particularidade da vida humana, algo que nenhum sistema teórico alguma vez conseguirá fazer.»

New Statesman

«Hoje, ninguém pode compreender a tragédia do século XX sem ler a sua obra.»

Guilherme d'Oliveira Martins



cavalo de ferro